

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2003**  
**(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)**

Solicita informações ao  
Ministro do Desenvolvimento, Indústria  
e Comércio sobre operações  
financeiras do BNDES dirigidas a  
empresa detentora de concessão  
pública, ALL - América Latina  
Logística.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 226, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e na forma dos arts. 115 e 116 deste Estatuto, requeiro a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio sobre empréstimo concedido à empresa ALL - América Latina Logística - atuante no segmento de transporte ferroviário no sul do Brasil e Argentina, no valor total de R\$ 365 milhões de reais, sem a necessária garantia pelo Banco de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), especificando todo o procedimento de enquadramento do empréstimo, identificando ainda os responsáveis pela análise e autorização do financiamento naquele banco estatal, bem como as cópias dos procedimentos públicos de enquadramento da empresa nos ditames do BNDES.

**JUSTIFICAÇÃO**

De acordo com notícia intitulada "Privilégio à ALL" veiculada no jornal Documento Reservado, edição de 09 de setembro de 2003, a empresa América Latina Logística - ALL recebeu empréstimos no valor total de R\$ 365 milhões de reais sem prestar as devidas garantias em contratos de tamanho porte, ao mesmo tempo, desativa ramais ferroviários e não apresenta atividades de expansão.

Os empréstimos segundo o jornal da internet ([www.documentoreservado.com.br](http://www.documentoreservado.com.br)) envolveram as quantias de R\$ 200 milhões e R\$ 165 milhões, totalizando a soma significativa de R\$ 365 milhões, no mesmo período em que o BNDES retoma suas negociações e liberações para a empresa americana AES. É de suma importância acompanhar os desembolsos efetuados pelo BNDES

para a empresa que administra uma concessão pública oriunda do processo de privatização, uma vez que várias empresas nacionais que se voltam para a atividade produtiva têm sua solicitação de recursos negadas ou postergadas por falta de garantias reais.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2.003

Deputado LUIZ CARLOS HAULY  
(PSDB-PR)